

Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro*

Paulo Knauss**

“O homem é um fabricante nato de universos”
Ortega y Gasset

Cartografia e história

A cartografia é uma antiga prática humana de reflexão sobre o espaço. Por vezes a sustentação empírica do exercício cartográfico pode identificar o conceito com a experiência vivenciada, permitindo a confusão do conceito de espaço com o dado espacial. Nesse caso, o espaço como fato conceitual se confunde com o fato sensível. A perversão reside na assimilação pelo conhecimento comum da imagem do espaço como dado e não como construção. Procede-se, assim, a dissimulação da operação socialmente demarcada. Em sendo imagem do espaço, mapas e plantas são produtos de sua circunstância histórica contraditória e complexa.

Contudo, trata-se de um campo técnico diversificado. Sua elaboração formal está em relação com as formas históricas de conhecimento. Em linhas gerais, na

* Este trabalho resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito das atividades do Laboratório de História Oral e Iconografia, do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense. Essas reflexões foram amadurecidas em sala de aula com alunos da disciplina *História e Iconografia*, ministrada no primeiro semestre de 1994. Aos colegas de Laboratório e aos alunos, meus agradecimentos pela colaboração sincera. Além disso, a pesquisa contou com o trabalho de Marcelo Santos de Abreu, como bolsista do PIBIC/CNPq-UFF. De resto, algumas linhas gerais foram apresentadas preliminarmente em comunicação no Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, em setembro de 1994, e no Seminário “Cidade, Poder e Memória”, em novembro do mesmo ano, na UFF.

** Mestre em História do Brasil pelo PPGH da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Assistente e integrante do Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI) da mesma universidade.

história da cartografia ocidental, conhecemos cartas de tipo geodésicas, corográficas, cosmogônicas, portulanos, cosmográficas e topográficas¹. Os elementos dessas tipologias em vários contextos históricos foram mesclados². Explica-se, dessa forma, a natureza diversificada dos registros cartográficos. Incidentalmente tomados como fonte pelos historiadores, *grosso modo*, receberam duas finalidades básicas.

Primeiramente, estabelecer o quadro da história da cartografia. Tal tratamento pretendeu construir as linhas de desenvolvimento da técnica cartográfica, fixando tipologias linearmente articuladas no tempo. Estabeleceu-se, assim, um tratamento de caráter evolucionista, em que se valoriza o contemporâneo como instância amadurecida, reduzindo qualquer experiência anterior a ensaios que permitiram o primor técnico mais recente. Essa postura é de conteúdo anacrônico, uma vez que cobra de outras instâncias históricas da produção cartográfica valores próprios da técnica atual. Nega-se ao conceito de espaço qualquer multiplicidade de sentido. A cartografia de tipo medieval, por exemplo, vê-se completamente desqualificada, por ser informada por noções e valores muito distintos dos que na atualidade se identificam com a cartografia científica. Ademais, a discussão se coloca no plano da técnica, afastando a cartografia da investigação conceitual, enfatizando a investigação formal em detrimento da reflexão crítica e social.

A outra finalidade foi considerar a cartografia como indicativa de informações históricas. O espaço é tomado como dado e não como conceito construído pelo exercício cognitivo. É desse espírito as tentativas de indicar, no continente americano, a presença de elementos de sociedades antigas — como fenícios, ou vikings, que todos nós já ouvimos falar em alguma ocasião —, situando a geografia em terreno mítico que atíça o imaginário histórico.

Outro desdobramento comum é a constituição da cartografia histórica. Trata-se de uma expressão historiográfica, uma vez que o mapa surge como produto da investigação e não como fonte de época. Charles Higounet, ao defender uma metodologia aplicada à cartografia histórica, já advertia para o fato de que não se deve confundir cartas históricas com cartas antigas³. Nesse caso, aplicam-se informações históricas a bases cartográficas, tendo-se assim um quadro da circunstância histórica. O produto é um mapa temático conjectural, cuja base cartográfica antecede o trabalho do historiador que aplica as informações históricas. Em geral, esse tipo de tratamento é ilustrativo, pois sintetiza informações de uma análise, como no caso dos esboços de

¹ Para essas definições vale consultar Céurio de Oliveira, *Dicionário Cartográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

² O quadro geral da cartografia esboçado foi construído a partir das seguintes obras: Oswald Dreyer-Eimbcke, *O descobrimento da terra*, São Paulo, Melhoramentos, 1992; Ivan Kupcik, *Cartes géographiques ancienne; évolution de la représentation cartographique du monde, de la Antiquité à la fin du XIXe. siècle*, Paris, Grund, 1981; Mireille Pastoureau, *Voies océanes; cartes marines et grandes découvertes*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1992; W.G.C. Randles, *Da terra plana ao globo terrestre*, Lisboa, Gradiva, 1990; Luís Albuquerque, *Introdução à história dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Europa-América, s.d., parte II; e Frank Lestringant, “Le declin d’un savoir: la crise de la cosmographie à la fin de la Renaissance”, *Annales E.S.C.*, n.2, Paris, mar-avr/1991.

³ Charles Higounet, “La géohistoire” em Charles Samaran (dir.), *L’histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961 (Encyclopédie de la Pléiade).

evolução urbana. O que está em discussão é menos o conceito de espaço do que o processo de constituição dos seus elementos.

Como alternativa a essas posturas, tem-se buscado, mais recentemente, identificar a cartografia ao campo do simbólico, como forma de incorporar a sua produção ao domínio dos historiadores. Tomada assim, a produção cartográfica revela-se fonte do *imaginário social*. É preciso anotar que a cartografia nada mais é do que um tratamento intelectual do espaço. Assim, cartas, mapas e plantas podem ser tomados como produtos de representação social do espaço e, portanto, resultado da relação dos homens com a realidade geográfica. Disso resulta que, antes de se indagar os atributos técnicos de um mapa, é preciso questionar as bases de sua construção conceitual. A percepção do espaço pode ser múltipla, devido a seu sentido polissêmico, construído na relação do terreno e seus elementos com o observador. A cartografia apresenta-se aí como resultado de um esforço intelectual de organização do espaço.

Genericamente, esse objetivo está identificado com as suas condições de produção e circulação, ou de encomenda e autoria. Vale apontar que especialmente os mapas topográficos científicos são obra coletiva, envolvendo inúmeros sujeitos em várias etapas de produção. O que não os distancia da cartografia antiga e medieval, uma vez que a elaboração intelectual individual era produzida a partir de debates anteriores, fazendo com que cada carta fosse uma idéia posta em circulação para o debate. Em conseqüência, a solução técnica de uma carta é expressão das condições anteriores de sua produção. Isso é válido para todas as formas históricas de cartografia. No entanto, na falta de homogeneidade do universo cartográfico, o ponto de partida de sua caracterização são os elementos técnicos, permitindo identificar a circunstância e os objetivos que submeteram a elaboração do registro geográfico.

Contudo, a associação entre mapa e imaginário social quase sempre remete o pensamento aos mapas medievais ou à cartografia dos Descobrimentos. Sem dúvida, essas cartas ganham estatuto especial nesse campo, uma vez que, com facilidade, permitem valorizar a percepção do espaço historicamente diferenciada. Essa lembrança, no entanto, pode levar a considerar a cartografia científica como pobre em investimento simbólico, por suas qualidades objetivas ou racionais⁴. Ora, por certo, aos olhos estrangeiros no tempo, nossas corretas legendas nada mais são do que ilustrações ou elementos decorativos, assim como os registros corográficos da cartografia das Grandes Navegações o são para nós. E não se pode deixar de lembrar que formas espaciais objetivas e sintéticas — como relação axial, círculos, hexagramas, quadriláteros e a mandala — são propícias à identificação subjetiva com valores, mitos e símbolos, além de estruturarem a compreensão da mensagem cartográfica.

⁴ Para questionar o papel social da geografia e da produção cartográfica é sempre oportuno lembrar Yves Lacoste, *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Campinas, Papirus, 1989. Texto recente atualiza a mesma postura: Denis Retaille, “La verité des cartes”, *Le Débat*, Paris, Gallimard, nov-dec/1996. n.92, pp.87-98.

Ademais, é preciso considerar a natureza descritiva do texto cartográfico. A descrição é uma modalidade de enunciação que se distingue da narrativa. Segundo Louis Marin, a operação descritiva tem como característica apresentar o objeto descrito de um ponto de vista exterior, sinóptico, como que apreendido de todos os ângulos e de nenhuma parte ao mesmo tempo. A instância descritiva pertence ao presente, uma vez que se afirma em todos os pontos e em qualquer tempo do objeto descrito. Ocorrem índices de “exposição” (aqui e agora) e não de pessoas ou experiências processuais. O objeto parece emergir na coexistência atual de todas as suas partes, dispensando uma instância descritiva demarcada, afirmando uma ordem estável. O texto se compõe de classificações estáticas, como uma projeção paradigmática ou modelar⁵.

O universo cartográfico compreende mapas e plantas, subdivididos em classes particulares. Esses produtos são representações do espaço tecnicamente conduzidas. A cartografia é uma expressão com lógica própria⁶. Trata-se de um veículo de informação sobre os elementos de uma área, assim como de localização, orientação e avaliação de distâncias. Caracteriza-se como mensagem de interpretação e comunicação em torno de aspectos qualitativos, quantitativos e dinâmicos do espaço. Pode-se considerar a cartografia como uma linguagem com semântica e sintaxe próprias, produtora de enunciados cartográficos. O manuseio de seus elementos permite a composição de um texto, cuja natureza é essencialmente descritiva.

Resumidamente, é preciso definir a cartografia como a forma de expressão e a carta como o suporte material da imagem do espaço, que é um conceito geográfico. A cartografia define-se como representação do espaço, conceitualmente demarcada e condicionada historicamente⁷. Pertence, assim, ao campo da história social das representações do espaço⁸.

⁵ Louis Marin, “La ville dans sa carte et son portrait”, *De la représentation*, Paris, Gallimard-Seuil, 1994.

⁶ Como referência para a caracterização que se segue, ver Fernand Joly, *A cartografia*, Campinas, Papirus, 1990; Marcello Martinelli, *Curso de cartografia temática*, Campinas, Contexto, 1991; e Paulo Araújo Duarte, *Fundamentos de cartografia*, Florianópolis, EdUFSC, 1991.

⁷ Para um aprofundamento dessa questão, ver Ugo Tucci, “Atlas”. In *Memória-História*, Lisboa, IN-CM, 1984, pp.130-157 (Enciclopédia Einaudi); Ruy Moreira, “O racional e o simbólico na geografia. In Maria Adélia Souza et alii (orgs.), *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*, São Paulo, HUCITEC - ANPUR, 1993, pp. 46-56; e Antoine Bailly et alii, *Représenter la ville*, Paris, Economica, 1995. Para um tratamento conceitual do espaço e seu caráter interdisciplinar, consultar Hildebert Isnard, *O espaço geográfico*, Coimbra, Almedina, 1982.

⁸ O mapa-múndi constitui uma exemplificação dessas anotações. Por convenção, considera-se que a posição correta é a representação do mundo que tem a Europa no centro e por cima. Ora, todos sabemos que a Terra é um planeta e, portanto, redondo (ou quase). Bola não tem um meio, a não ser o seu centro interior, sendo que nesse caso externamente qualquer indicação seria arbitrária e convencional. Além disso, sabemos que aquilo que fica em cima ou em baixo é estabelecido a partir de uma relação. Não existe “em cima” ou “em baixo” em estado puro, pois está na dependência da observação e de uma relação. A representação cartográfica do mundo que utilizamos por convenção se relaciona com a história europeia, uma vez que foi esse universo cultural que pela primeira vez conviveu com a experiência de frequentar sistematicamente todos os continentes, desde o início da Época Moderna. Não sem razão a imagem do mundo fixada até hoje é a mais adequada para traçar as rotas marítimas do ponto de vista europeu. Além disso, no centro se fixa a distância entre o Ocidente e o Oriente etc. Contudo, do ponto de vista da estrita representação espacial nada nos

Imagem cartográfica do Rio de Janeiro

Do ponto de vista da história social das representações do espaço é possível um tratamento dos elementos cartográficos, a fim de identificar enunciados particulares. Devido à rigidez da ordem descritiva de mapas e plantas, é sempre conveniente circunscrever a análise das fontes cartográficas a partir das condições de sua produção e de seus sujeitos envolvidos, bem como pela comparação de bases cartográficas anteriores, ou posteriores, observando-se as especificidades da fonte analisada. A universalidade das noções instrumentais científicas permite um tratamento homogêneo e uma avaliação unívoca dos dados, mesmo que as cartas não sejam de tipo científico. A seriação dos dados pode conduzir à análise crítica em perspectiva comparativa. Sinteticamente, uma ficha de pesquisa deve ser composta de diferentes elementos de identificação: tipologia da carta (mapa ou planta e variações), título, data, referências de autoria e produção (autor, instituição, editor, gravador, desenhista etc.), área abrangida, escala, orientação, dimensão, base (impressa ou desenhada), desenho (traçado, manchas, granulados etc.), cores, legenda, anotações (carimbos, assinaturas, vistos etc.). Ao lado disso, é importante destacar elementos de análise: comentário geodésico (análise da opção do sentido de orientação), generalização (importância da escala) de temas e destaques (hierarquia) e lógica da expressão caligráfica ou tipográfica, entre outros.

O exemplo da área da cidade do Rio de Janeiro pode ilustrar a variação da imagem cartográfica, que compõe o universo da imaginária urbana⁹. Como o registro espacial ganha uma dimensão pública e refere-se a uma imagem compartilhada pela experiência coletiva, constituiu-se em uma produção socialmente condicionada e historicamente circunscrita, relacionada com sujeitos sociais e históricos específicos. A investigação da produção cartográfica evidencia a multiplicidade do seu discurso tecnicamente conduzido e as especificidades dos diversos enunciados possíveis acerca do mesmo território. A abordagem comparativa destaca as

impediria de representar o mundo “de cabeça para baixo”, por exemplo, ou tendo por centro qualquer outra parte do mundo - a Nova Zelândia, por hipótese. A principal conseqüência seria estabelecer uma imagem do mundo igualmente correta, desde que se preservasse a relação entre as partes, mas absolutamente distinta do ponto de vista da sua compreensão e de seu conceito espacial.

⁹ Uma reflexão inspiradora acerca do Brasil tomando a cartografia como fonte, encontra-se em Rodolfo Garcia, “O Brasil na cartografia do descobrimento”, *Cultura*, Rio de Janeiro, MEC, dez/1954, ano IV, n. 6, pp.163-181. Do ponto de vista do evolucionismo cartográfico para o caso do Brasil contamos com a obra de Isa Adonias, *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*, Rio de Janeiro, Fund. Emilio Odebrecht, 1993. Especificamente para o caso do Rio de Janeiro, contamos com o catálogo organizado por Isa Adonias, *Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Min. Rel. Exteriores, 1965, além do trabalho de Eduardo Canabrava Barreiros, *Reprodução de documentos cartográficos da cidade do Rio de Janeiro - série século XVI*, s/l,ed.,d.; Gilberto Ferrez, *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto, 1555-1800*, Rio de Janeiro, SDGM, 1972.; Donato Mello Jr., *Rio de Janeiro: planos, plantas e aparências*, Rio de Janeiro, João Fortes Enenharia, 1988. Uma cartografia histórica encontra-se na obra de Eduardo Canabrava Barreiros, *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IHGB, 1965.

diferenças de tratamento cartográfico e a variedade de conceitos espaciais elaborados¹⁰.

No período colonial, o interesse geopolítico na área do Rio de Janeiro se expressa não apenas pelas sucessivas funções sediadas na cidade como centro de poder político. Igualmente, a expressão cartográfica reflete esse interesse geopolítico sobre o Rio de Janeiro, apesar de ser uma região tardiamente controlada pela dominação colonial lusitana. Disso resulta, o fato do Rio de Janeiro possuir uma cartografia extensa e variada.

As mais antigas imagens exclusivas da área, entretanto, concentram-se sob o recôncavo da Guanabara, identificada ainda à idéia de um delta de rio. A autoria dos registros é sempre de europeus não radicados na terra representada. Inicialmente, contamos com registros de autoria francesa (Léry, Thevet e Vau de Claye), sendo sucedidos pelos registros portugueses. A ênfase temática recai sobre o acesso marítimo e menos sobre o povoado. Isso pode ser explicado pela autoria ou pelo maior interesse nas condições de exploração econômica ou defesa da região. Como consequência, os mapas predominam sobre as plantas. Assim, todos concentram-se sob o registro da baía, mas o tratamento é variado desde seus primórdios¹¹. As cartas, basicamente de caráter cosmográfico e corográfico, acompanhavam crônicas de viagens de forma ilustrativa¹² ou integravam-se a alguma ação colonizadora.

¹⁰ A análise que se segue, orienta-se especialmente pelas seguintes cartas: 1558 - La France Antarctique, mapa incluído na segunda edição da crônica de Jean de Léry, sem controle do cronista; 1573/78 - Baía do Rio de Janeiro e a cidade de São Sebastião, de Luis Teixeira; 1579 - Vrai Pourtraict de Genéure, de Jacques Vau de Claye; 1586 - Gouffre de la riviere de Ganabara ou Janaire, incluído na obra "Le Grand Insulaire", de André Thevet; 1599 - carta que ocorre na obra de Oliver van Noort; 1618 - mapa de Dirck Ruiters, na sua obra "Toorste Zee-Vaert"; 1622/24 - Rio Genero, publicado em "Reys Boeck van het rijckce Brasilien...", Amsterdam; 1631 - A Capitania do Rio de Janeiro, de João T. Albernaz; 1640 - Carta da Baía de Guanabara e arredores, de João Teixeira; 1645 - Demonstração do Rio de Janeiro, feita por João Teixeira, cosmographo de sua Magestade; 1710/11 - Mapa Barão do Rio Branco; 1711 - Plan de la Baye et de la ville de Riogenénaire, Brulot; 1711 - Plan de la Baye, Ville, Forteresses et Attaques de Rio Janeiro levé par le Chev. de la Grange Cpne. ...; 1711 - Plan de la Bye et ville de Riogenaire...; 1713 - Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações, João Massé; 1716 - Explication du plan de Rio de Janeiro; 1731 - Plan de Rio Jenairo; 1750 - Carta Topographica da cidade de S. Sebastião do Rio de Janyro, de André Vaz Figueira; 1757 - Topographie de la Baye; 1757 - Plan de la Baye et de ses défenses ..., Mr. Leveux; 1762 - Plan de l'entrée du port de Rio de Janeiro..., de Jean Barthelemy Houel; c. 1762 - Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro, Miguel Angelo Blasco; 1768 - Plan de Ryo de Janeyro avec ses forteresses..., Jacques Funck; 1769 - Plan de la Ville de Rio de Janeiro avec les forteresses..., de Jacques Funck; 1769 - Planta da cidade do Ry de Janeyro..., de Francisco João Roscio; 1808 - Planta Régia; 1820 - Plan de la Ville ...; 1855 - J. de Villiers d'Isle d'Adam; 1873 - Planta Arquitetural, do Cel. João da Rocha Fragoso; 1877 - Nova planta indicadora da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, editada por E. C. H. Laemmert; 1890 - Botanical Garden Railroad; jun/1904 - Planta dos Melhoramentos ...; 1905 - Planta do Rio de Janeiro, para servir de "Guia da Cidade" ...; 1905 - Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando os melhoramentos....

¹¹ Especificamente para o contexto da ocupação inicial, algumas indicações analíticas já foram apresentadas no livro de Paulo Knauss de Mendonça, *Rio de Janeiro da pacificação; franceses e portugueses na disputa colonial*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade - Secretaria Municipal de Cultura, 1991 (Biblioteca Carioca), cap. 5.

¹² É preciso chamar a atenção para o fato de que as cartas incluídas em crônicas de viagens freqüentemente são "factícias", ou seja, são confeccionadas por algum desenhista por encomenda do editor, sendo elaboradas a partir das descrições do testemunho registrado na crônica e não da análise direta de campo. Isso

Importante é anotar as variações de sentidos de orientação entre os mapas coloniais. Dentro de uma certa imprecisão, de acordo com o descompromisso com os padrões de objetividade científica própria de abordagens cartográficas diversas, o eixo horizontal varia entre S-N e o L-O, o mesmo valendo para o eixo vertical. Os temas indicados concentram-se sobre a topografia (ilhas e montanhas), os recursos naturais (especialmente as matas) e as edificações (sobretudo igrejas e fortalezas), bem como os aglomerados populacionais (as aldeias indígenas, além da própria cidade). Se os temas são recorrentes, a ênfase varia consideravelmente.

De qualquer forma, o desenvolvimento da percepção geográfica de caráter cartográfico em torno da região do Rio de Janeiro acompanha as características do desenvolvimento da técnica de mapeamento. Com o progressivo abandono do modelo da cosmografia, o investimento, não fugindo ao movimento geral de constituição da disciplina cartográfica, recai sobre a reflexão topográfica. Desse modo, a partir do início do século XVII, a cidade propriamente dita vai ganhar inúmeras plantas urbanas, evidenciando a preocupação com os contingentes militares, retratando principalmente a situação das fortalezas. As primeiras plantas, ainda de caráter corográfico, aparecem com as indicações do arruamento da cidade, concentrando-se no registro dos principais logradouros e edificações. Isso evidencia que a representação espacial passa a se concentrar na terra firme e não mais projetando-se sobre a baía, a não ser por suas margens correlatas do continente. A cidade é representada como se constituindo entre a ponta do Calabouço e a ilha das Cobras. As variações de abrangência estão de acordo com a expansão do ambiente urbano, definido pelo arruamento e edificações, em que igrejas e fortes têm um papel de destaque.

Quanto ao sentido de orientação, importa salientar que nas cartas do século XVIII o eixo horizontal tende a se apresentar de sul para o norte (S-N) e o eixo vertical de oeste para leste (O-L). Por sua vez, as plantas do século seguinte __ de 1808, 1820 e 1855 __ apresentam a mesma área abarcada, só que com sentido de orientação diversificado. Se o sentido horizontal da primeira é L-O e o vertical S-N, as outras duas, ao contrário, estão organizadas no sentido horizontal espelhado O-L. Deve-se, portanto, destacar que no século XIX o padrão cartográfico colonial é invertido, ainda que mantendo uma abrangência de área semelhante.

Na segunda metade do século XIX, as variações se ampliam. Em 1873, a cidade do Rio de Janeiro ganha um mapa arquitetural __ litografado em quatro partes e, atualmente, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional __ com a representação detalhada de cada edificação, a partir da sua fachada, bem como das indicações específicas de logradouros. Esse mapa caracteriza-se no eixo horizontal pelo sentido S-N e no vertical por L-O, tendo o Calabouço e a ilha das Cobras como referência. De resto, já nesse mapa apresenta-se a tendência cartográfica do final do século XIX de tomar a área da jurisdição municipal como um todo, fazendo o registro dos arredores da cidade em direção à orla oceânica da zonal sul, independente da concentração

explica algumas imprecisões, como é o caso da carta de J. de Léry, em que o Pão de Açúcar aparece como ilha, e de conhecida carta holandesa do século XVII.

populacional ou do arruamento. Isso se afirma na carta de 1887 e, posteriormente, na Carta Cadastral de 1893/94, bem como na planta da Botanical Garden Railroad, de *circa* 1890, abrangendo a área de Botafogo, Copacabana até a lagoa Rodrigo de Freitas.

Assim, ao longo do século XIX, observa-se uma criativa produção cartográfica em torno do Rio de Janeiro, elaborando imagens distintas do espaço urbano, fixando em detalhes as ruas e as fachadas da cidade. Todavia, somente entre os anos de 1893 e 1894, sob a administração do prefeito Barata Ribeiro, procedeu-se ao contrato para o levantamento da carta cadastral da cidade, sob a direção do professor Manoel Pereira Reis, da Escola Politécnica. Nessa ocasião, foi organizada uma comissão, embrião do futuro Serviço Topográfico da municipalidade, criado 40 anos mais tarde¹³.

A elaboração da carta cadastral, carta oficial que representa o arruamento da cidade e de sua topografia, caracteriza o primeiro esforço da municipalidade em registrar sob o seu controle a imagem da cidade, delimitando o alcance do Estado. Existem indicações de que a produção de plantas de base, correspondentes às seções topográficas, já vinha sendo preparada desde 1890¹⁴. De qualquer modo, a imagem fixada abarcava todo o município, destacando seu arruamento, relevo e vegetação. Além disso, a área delimitava-se pelos lados pelas baías de Guanabara e Sepetiba, voltava-se para o oceano Atlântico e estendia-se pelo interior do continente. Em linhas gerais, é a essa imagem que se recorre nos nossos dias.

No que diz respeito ao seu conteúdo temático, ocorre ao longo da história da produção da imagem cartográfica acerca do Rio de Janeiro uma variação a ser ressaltada. Se no período de produção mais próxima dos padrões cosmográficos, a área abrangida é maior — abarcando, em alguns casos, como o de Vau de Claye, a região da baía de Guanabara até Cabo Frio —, a paisagem natural é mais valorizada. Nesse caso, são enfatizados os recursos naturais e as possibilidades de exploração náutica (indicação de rios e enseadas), bem como de mão-de-obra (indicação dos povoados indígenas e, em escala muito menor, as edificações dos colonizadoras). Já a partir do século XVII, vê-se como tendência predominante uma valorização da paisagem construída contraposta ao derredor natural, que perde, a partir do século seguinte, destaque na representação ou é mesmo desprezado. O destaque valorizado no espaço construído é dado, sobretudo, às edificações, especialmente as fortalezas e igrejas que demarcam os limites do espaço retratado, enquanto a paisagem natural é indicada apenas pelo relevo montanhoso. Essa ênfase se fortalece ainda mais pelo tratamento perspectivado, sem um sentido de proporção equilibrado e proporcional,

¹³ José de Oliveira Reis, *O Rio de Janeiro e seus prefeitos - evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro, Pref. da Cidade, 1977. Para uma história institucional da reflexão geográfica no Brasil, ver Perla B. Zusman, "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Continuidades e rupturas no marco do projeto geográfico imperial". In Maria Adélia A. de Souza, *op. cit.*; e Eli Alves Penha, *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*, Rio de Janeiro, IBGE, 1993 (Memória Institucional -4).

¹⁴ Essa indicação nos é sugerida pela existência de cartas do tipo plantas de base, correspondente a seções específicas, encontradas sem catalogação no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

recusando a projeção em planta-baixa. Nesse sentido, a urbanidade é afirmada pela identificação com o poder colonizador. Por sua vez, a partir do final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, juntamente com o maior sentido de precisão e proporção, constata-se uma valorização do arruamento e das edificações civis, cabendo destaque ao mapa arquitetural. O realce conferido ao arruamento enfatiza o espaço público compartilhado, enquanto o destaque de loteamentos ou fachadas privilegia o espaço privado. De um modo geral, pode-se considerar que, aos poucos, a área da cidade do Rio de Janeiro vai sendo circunscrita pela percepção cartográfica, enfatizando o estabelecimento da urbanidade associada ao Estado, para secundariamente delimitar as áreas privadas. Ao lado disso, o discurso da precisão vai sendo aprofundado nesse percurso.

Quanto à produção, se nos primeiros exemplos cartográficos as representações espaciais são de iniciativa individual e acompanhadas de crônicas, nos seus exemplos posteriores, do século XVIII em diante, ocorre um predomínio das encomendas a serviço do Estado. O aumento de precisão e do destaque dado à paisagem construída, apontado acima, anda assim junto com a afirmação do controle do Estado sobre a área da sociedade urbana. Desse modo, a urbanidade é afirmada cartograficamente.

Cidade mapeada

O movimento de reflexão e produção cartográfica acerca da cidade acompanha os esforços de redefinição do ambiente urbano que caracterizaram os projetos de intervenção urbanística da administração municipal, na virada do século XIX para o XX. Não sem razão, a Comissão da Carta Cadastral foi reorganizada e ganhou novos impulsos sob a administração do prefeito Pereira Passos. Um dos primeiros atos de seu governo foi a incorporação da Comissão à Diretoria de Obras e Viação. A cartografia, assim, submetia-se ao programa de obras da Prefeitura. Em 1903, a Comissão viu seu trabalho publicizado, tendo a administração municipal incluído uma carta no texto da mensagem do prefeito que anunciava seu plano de reformas urbanas. Também o relatório de conclusão de trabalhos, a chamada *Mensagem de Ouro*, de setembro de 1906, incluía a imagem cartográfica da cidade que registrava a intervenção urbanística empreendida. A mesma base cartográfica, elaborada pela Comissão da Carta Cadastral, serviu a inúmeras outras plantas publicadas no mesmo período e nos anos seguintes. Exemplos disso são uma carta francesa da cidade do Rio de Janeiro e outra publicada sob os auspícios de um congresso científico, dedicado à elaboração de um guia da cidade. É importante frisar que essas plantas registram uma imagem especial da cidade, diversa da que a Comissão fixara em 1893/94 e retomada em 1907. Evidencia-se uma atitude de particularizar a imagem da cidade, certamente identificando essa particularidade com a administração municipal de então. Além disso, o poder público recorre à divulgação da ilustração cartográfica como ilustração de seu programa de ações sociais. Desse modo, o discurso científico funciona como instrumento legitimador das ações de governo e fornece uma imagem subjacente ao projeto social implementado. Por isso

mesmo, é o arruamento, valorizando praças e ruas, que surge como tema básico, destacando as áreas públicas, portanto, campo de ação do poder público.

A expressão tipográfica dessas plantas da cidade do Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX possui um enunciado fundamental no título: *melhoramentos executados ou projetados*. Isso significa dizer que na planta da cidade __ que recobre diferentes temas, como arruamento, relevo e hidrografia __ acrescenta-se o das obras, não concluídas, mas em execução. Essa característica da imagem cartográfica confere uma natureza processual, ao contrário do caráter estático, em geral identificado com a geografia. Em poucas palavras, trata-se de representar *o espaço como processo em construção*. Ademais, o conteúdo desse processo é carregado de sentido positivo, uma vez que não se usa a expressão obras ou reformas, recaindo antes a escolha sobre a idéia de melhoramento¹⁵. O sujeito da ação identificado na cadeia do enunciado tipográfico é a Prefeitura do Distrito Federal em associação com o nome de Pereira Passos, em igual destaque, acompanhado do Governo Federal, em menor destaque. Assim, trata-se de identificar *o Estado como sujeito fundamental* do espaço em processo de construção, encarnado essencialmente em uma figura humana, uma vez que a função pública, associada ao título de prefeito, não acompanha a elaboração do enunciado. Em poucas palavras, o espaço é definido como produto histórico, mas o sujeito da história é o governante, que é confundido com o território da cidade compartilhado socialmente..

A área abrangida que acompanha a produção dessa imagem cartográfica estende-se do morro do Pasmado, junto à enseada de Botafogo, até a região próxima do canal do Mangue, alcançando o início do bairro de São Cristóvão. Isso significa dizer que a imagem elaborada da cidade concentra-se na região diretamente afetada pelas reformas urbanas, dela excluindo as áreas não contempladas pelo projeto urbanístico, mas também sob controle do poder municipal. Se o restante da área do município fosse incorporado à imagem da cidade, seria ressaltada a restrita dimensão da ação do Estado, uma vez que esta incide sobre uma parcela muito pequena do ambiente urbano. Nesse sentido, a cidade representada em dimensões menores ressalta proporcionalmente a positividade do alcance da ação de Estado.

De outra parte, essa opção restrita da área de abrangência da cartografia ressalta o corte entre o território urbano e o mundo natural não-urbano. Com isso, o campo de ação do sujeito da história se afirma na urbanidade. Ademais, a reflexão e a ação sobre o mundo urbano não são problematizadas a partir de sua relação ampliada e desdobrada. Curiosamente, a paisagem natural é incorporada nessa cartografia no

¹⁵ Nas palavras do prefeito: “Organizando o plano de melhoramento e iniciando activamente a sua execução, não descurei de outro e eficaz recurso de melhorar as condições estheticas e a facilidade de circulação vehicular da cidade.” [apud, Giovanna Rosso del Brenna (org.), *O Rio de Janeiro de Pereira Passos; uma cidade em questão II*, Rio de Janeiro, INDEX, 1985.] Depreende-se que a noção de *melhoramento* está associada ao embelezamento da cidade e à melhoria das condições de tráfego. Uma caracterização desse processo de reformas urbanas, relacionando a noção de *melhoramento* com a de *regeneração*, está presente no livro de Jaime Larry Benchimol, *Pereira Passos, um Haussmann tropical*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade/Secretaria Municipal de Cultura, 1993 (Biblioteca Carioca).

seio do espaço urbano, destacando parques e praças arborizados, enfatizando os trabalhos de paisagismo no ambiente urbanizado¹⁶.

O aspecto mais curioso dessa cartografia é o fato de que o eixo horizontal da carta se coloca na orientação de sudeste-noroeste (SE-NO), enquanto o eixo vertical tem como sentido sudoeste-nordeste (SO-NE), contrariando qualquer convenção lógica relacionada com a tradicional rosa-dos-ventos. A posição escolhida para representar a cidade pela administração Pereira Passos, absorvida pelos meios científicos e divulgada no estrangeiro, coloca a cidade numa situação topográfica original, que não acompanha a imagem fixada pela Carta Cadastral dos anos anteriores e retomada em tempos posteriores. O aspecto curioso, em termos comparativos, é que essa imagem da cidade retoma os parâmetros do século XVIII e da primeira metade do século XIX, tendo como logradouro referencial a área da atual praça XV, o porto de chegada dos barcos europeus, área identificada com o movimento colonizador e o conceito colonial do espaço da cidade. A posição elegida tem como ponto mais próximo do observador do mapa o Cais Pharoux, indicado de tal modo que sua inscrição se assemelha a uma seta. É preciso lembrar que o cais apontado é o ponto de chegada dos navios na cidade. Além disso, o ponto de vista vertical do leitor da planta se situa no sentido SO-NE, o que coloca o Rio de Janeiro em linha direta com a Europa no mapa-múndi convencional. Dito de outra forma, a observação da cidade sugerida pela carta é construída a partir do ponto de vista de quem vem da Europa e está chegando à cidade. Elaborar-se cartograficamente, desta maneira, um vínculo direto com o centro de cultura ocidental.

Resumidamente, no contexto de renovação modernizadora do espaço urbano da administração Pereira Passos, a imagem cartográfica do Rio de Janeiro redefine seus parâmetros. A cidade passa a ser representada cartograficamente do ponto de vista do estrangeiro. No momento em que a cidade era preparada para estrangeirar-se a partir do movimento das reformas urbanas, *a imagem cartográfica é fixada do ponto de vista do estrangeiro, aproximando-se da sua antiga imagem colonial*. Embora, paradoxalmente, esse processo devesse evitar a identificação com o passado, instaurando uma cidade renovada, evidenciava-se que a imagem cartográfica escolhida foi a mais próxima da sua referência colonial. A cidade do início do século foi mapeada à moda colonial pela administração municipal para o estrangeiro. O empenho modernizador de identificação com o estrangeiro e a civilização terminou, contraditoriamente, por conceituar o espaço da cidade em identidade com o seu passado colonial, sob a égide do Estado. A operação cartográfica produzia assim a imagem da sociedade urbana do Rio de Janeiro no início do século XX, reforçando sua injeção na ocidentalidade.

(Recebido para publicação em janeiro de 1997)

¹⁶ Uma caracterização geral dos trabalhos paisagísticos das reformas urbanas da administração Passos pode ser encontrada em *Paisagem desenhada; o Rio de Pereira Passos*, Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.